
O mito do imigrante no imaginário da cultura

*Vania Beatriz Merlotti Herédia**

Resumo: O artigo trata de contextualizar a situação da Itália no século XIX, quando ocorre a emigração transoceânica, e as condições oferecidas pelo governo brasileiro aos imigrantes. Analisa o ideário da imigração pelo mito do imigrante com o contexto da Região de Colonização Italiana (RCI) e apresenta os fatores que fortaleceram o mito na construção da cultura imigrante.

Abstract: This paper attempts to contextualize the conditions in 19th century Italy when transoceanic emigration takes place, and the conditions offered to emigrants by the Brazilian Government. It analyses immigration ideas from the myth of the immigrant with the context of the Italian Colonization Region (RCI). It also presents the factors that strengthened the myth in the construction of the immigrant culture.

Palavras-chave: imigração européia, cultura, Região de Colonização Italiana no RS.

Key words: European immigration, culture, Italian Colonization Region.

“Conhecer os mitos é aprender o segredo da origem das coisas. Em outros termos, aprende-se não somente como as coisas vieram à existência, mas também onde encontrá-las e como fazer com que reapareçam quando desaparecem.” (Mircea Eliade).

O tema *migração* não é um tema novo, porém cada experiência migratória, apesar de seus aspectos comuns, tem um recorte estrutural e ao mesmo tempo conjuntural que permite compreender historicamente os movimentos das populações que foram obrigadas a migrar em busca

* Doutora em História das Américas pela Università Degli Studi Di Genova, Itália. Professora no Departamento de Sociologia na Universidade de Caxias do Sul. *E-mail:* vheredia@terra.com.br

de espaços novos de sobrevivência. Os movimentos migratórios levam a pensar sobre as crises ocupacionais de cada sociedade e impõem análise de seus resultados.

A Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul teve implicações objetivas das políticas imperiais do século XIX, e as colônias agrícolas delas derivadas foram expressão do êxito da política brasileira de colonização. Essa reflexão está dividida em duas partes: a primeira visa a contextualizar a situação enfrentada pela sociedade italiana e as condições oferecidas pela política de colonização do governo brasileiro aos que imigraram; a segunda relaciona o ideário da imigração pelo mito do imigrante com o contexto da Região de Colonização Italiana no Sul do Brasil.

O tema propicia uma análise distinta na correlação existente entre a inserção do imigrante no país de chegada e a situação do emigrante daquele da partida. As condições da emigração européia variaram segundo o lugar e o período histórico, e a historiografia¹ produzida comprova essa premissa.

O contexto da sociedade italiana e o da sociedade brasileira

A experiência dos emigrantes europeus na terra de origem permitiu a valorização da sociedade que os recebeu. A Itália, no período da grande emigração transoceânica, vivenciava um processo político recém-instalado, fruto de conflitos sociais e refletia, na sua unidade, crises econômicas e políticas que afetavam a Europa. A Itália unificada se apresentava como uma nação que precisava construir sua identidade como pátria e abrigava uma série de movimentos políticos em defesa do ideário de sua integração.

Antes do processo de unificação italiano, que transformou a Itália num reino unido, o território que compunha a península itálica estava dividido em reinos, ducados e repúblicas. A divisão política das regiões geográficas estava assim constituída: o domínio austro-húngaro que envolvia as regiões da Lombardia, do Trentino e da Venécia; o domínio da Casa de Sabóia que abrangia parte da Lombardia, o Piemonte e a Liguria; o domínio do Vaticano, a Emilia-Romagna, e ainda a existência de ducados que haviam se estabelecido como regiões autônomas. Apenas em 1861 a Itália foi unificada e teve seu primeiro rei: Vitor Emanuel II.²

Com a unificação italiana, os problemas econômicos agravaram-se. O processo de unificação não havia resolvido problemas nascidos da decadência do feudalismo e da instalação do capitalismo. A economia sustentava-se na agricultura que era arcaica e não propiciava condições à população para sobreviver. A influência da unificação sobre a economia italiana não resolveu questões, que a população necessitava que fossem resolvidas, como: diminuição do custo de vida, aumento dos salários e redução das taxas alfandegárias. A Itália convivía com regiões desenvolvidas e regiões atrasadas, e as contradições desses dois modelos eram gritantes para aqueles que não tinham o mínimo para viver.

A miséria, a fome, a falta de trabalho, a precariedade das condições de vida foram características da economia da época e ficaram sempre, no imaginário daqueles que partiram, como dificuldades que os atormentavam e obstáculos que precisavam enfrentar para subsistir. A Itália era um país de economia tipicamente agrícola, e grande parte da população vivia dessa atividade. À medida que a crise agrária se instalava, apesar de todos os indícios evidentes da necessidade de mudanças antes da própria crise, a população agrícola pagava o preço das políticas estabelecidas até aquela data.³ Métodos de cultivo atrasados, ausência de medidas eficazes para a conservação do solo, necessidade de reformas na estrutura fundiária, baixa produção e deterioração das condições de vida no campo foram fatores que pressionaram a migração, forçando o abandono dos campos e a transferência para cidades. A população aumentava, e a produção diminuía. Os produtos que caracterizavam a economia agrária sofriam perdas no mercado pela redução de preços decorrente da concorrência internacional. Dessa maneira, o governo italiano criou taxas alfandegárias à importação, o que gerou uma reação dos franceses que se viram prejudicados nas trocas comerciais. O conflito que nasceu da criação desse imposto aprofunda a crise entre a França e a Itália. A introdução do *corso forzoso*⁴ representa a suspensão da conversão do papel-moeda em moeda metálica. Essa medida cria dificuldades para a Itália conseguir crédito internacional.

A Itália, em 1860, era um país pobre e superpovoado, e a unificação modificou essa situação de forma lenta. Mesmo após a unificação, obstáculos à transformação dos métodos produtivos e à modernização das organizações industriais impediram que a Itália resolvesse problemas decorrentes da crise agrária. A economia dependia da situação

internacional, e a unificação não resolveu os problemas como pretendia a Nação.

A emigração tornou-se uma condição de sobrevivência e, não apenas, mais uma experiência transitória em busca de trabalho. A emigração permanente transformou-se em uma das poucas possibilidades de busca de subsistência fora da Itália. Para aqueles que precisavam emigrar, havia a necessidade de acreditar que a decisão de migrar era a saída para a crise. Muitos emigrantes sonhavam com a possibilidade de reconquistar, no novo mundo, o velho mundo rural ameaçado na pátria. A emigração acabou sendo uma resposta à crise agrária que a Itália vivia e foi utilizada para promover a colonização agrícola no Sul do Brasil.

Dessa maneira, a RCI no Rio Grande do Sul foi construída pelo processo migratório estabelecido pelo governo imperial no século XIX. É assim chamada por ter sido constituída por colônias agrícolas no período entre 1870 e 1892. Segundo Sabbatini (1975), a RCI é uma microrregião histórica no Estado do Rio Grande do Sul, e sua área se constituiu historicamente em três núcleos territoriais, que estão assim divididos:

Territórios das três colônias ao sul do Rio das Antas, fundadas em 1875, Colônia Caxias, Colônia Dona Isabel; o território de duas colônias ao norte do Rio das Antas, fundadas em 1884 e 1885, que deram origem à Colônia Alfredo Chaves e Colônia Antônio Prado; e o território da Colônia de Guaporé, fundada em 1892. (p. XIII-LII).

Os primeiros núcleos habitacionais nessa região tiveram início em meados de 1869, nas localidades de D. Isabel e Conde D'Eu, hoje Bento Gonçalves e Garibaldi, respectivamente. Alguns anos mais tarde, o núcleo de Caxias foi criado e recebeu imigrantes italianos movidos pela política imigratória do governo da província. Vindos da Itália, do Tirol, da França, Prússia, Inglaterra e de outras nações, os imigrantes encontraram apenas marcas dos habitantes nativos. Posteriormente, desenvolveram uma série de atividades econômicas para sobreviver. Começaram com o desmatamento e se dedicaram a atividades agrícolas e artesanais com o intuito de criar uma infra-estrutura para sobreviver. Inicialmente receberam orientação da administração da colônia, e, com o passar do tempo, aumentou o número de imigrantes que chegou a essas terras, trazendo em sua bagagem uma visão de sociedade tradicional e uma série de valores culturais de suas famílias e locais de origem.

Esses imigrantes souberam valorizar as condições naturais que encontraram na Encosta Superior do Nordeste e transformaram a colonização das terras devolutas da província em uma das zonas de imigração européia no estado. A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul possuía uma Carta de Colonização que estabelecia os princípios básicos de ocupação e que norteava o uso de terras.

Essa carta alterava a Lei do Orçamento 504, de 28 de outubro de 1848, art.16 que concedia

a cada uma das províncias do império, no mesmo, ou em diferentes lugares do seu território, seis léguas em quadro, de terras devolutas, exclusivamente destinadas à colonização, com a condição de não poderem ser transferidas pelos colonos enquanto não estivessem efetivamente loteadas e aproveitadas, revertendo ao domínio da Província se dentro de cinco anos não cumprissem essa condição. (FREITAS JÚNIOR, 1882, p. 51).

As terras devolutas haviam sido definidas na Lei 601, de 18 de setembro de 1950, que determinava que a forma de aquisição dessas terras fosse apenas pela compra. A lei estabelecia, ainda, que os não-naturais que comprassem terras e tivessem intenção de nelas instalar alguma indústria no País seriam naturalizados.

É oportuno lembrar que a emigração no Rio Grande do Sul enfrentou diversas orientações administrativas que divergiram conforme o período e a legislação correspondentes. Na literatura existente, há autores (DE BONI; COSTA, 1984, p. 31) que afirmam que a verdadeira colonização italiana começa somente em 1875, e que as iniciativas anteriores promovidas pelo governo imperial não haviam sido exitosas, levando a província a assumir o processo de ocupação. Dessa forma, em 1867, foi feito um novo regulamento que estimulava a emigração mediante as seguintes vantagens: a terra poderia ser paga em dez anos; a viagem do Rio de Janeiro até o lote colonial seria gratuita; haveria por parte da administração colonial a promoção de auxílio para os recém-chegados e assistência médica e religiosa. Durante 12 anos esse regulamento foi mantido, mas devido ao número excessivo de emigrantes chegados ao Sul, as disposições legais foram suspensas, e mantidos apenas os seguintes benefícios: crédito para a aquisição de terras e 15 dias por

mês de trabalho na abertura de estradas e de serviços à administração da colônia. Até chegar ao local definitivo, combinado com agentes das companhias de navegação ou com empresas de colonização, ou ainda arriscando a Carta da Colonização, os imigrantes passavam por dificuldades que compreendiam a procura de alojamento em hospedagens e até de empregos na cidade de São Paulo.

O governo da província, em 1885, retoma a propaganda da colonização e reorganiza o serviço de cadastramento e venda de lotes. Nesse período recomeça a propaganda na Europa acerca da emigração agrícola. A retomada da propaganda atribui-se à campanha abolicionista que demonstrava, naquele ano, seu fortalecimento. O governo provincial registra a entrada de 66.901 italianos dos 154.682 estrangeiros na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1882 a 1914. (CENNI, 1975). Esses dados demonstram a força da emigração na província sulina.

Vários foram os fatores que favoreceram o sucesso dessa região e contribuíram para a construção da identidade cultural. Entre eles, destacam-se:

- o projeto de colonização do Rio Grande do Sul foi fundado sob o regime de pequena propriedade – essa característica influenciou no êxito da colonização pela condição que foi permitida aos emigrantes. Seria como falar de uma reforma na estrutura fundiária, promovida pelo estado, dando condições a um número considerável de colonos de trabalharem na terra, mas não na terra do estado, na sua terra. Portanto, a marca dessa ocupação foi o regime de pequena propriedade com mão-de-obra familiar, facilitado pela política de terras;
- o elemento étnico, que foi uma característica forte da integração dos emigrantes italianos na região. A política do governo de separar as colônias européias umas das outras e a medida de distribuir lotes rurais, para não permitir o desenvolvimento de um espírito nacionalista, redundaram em que a etnia fosse um elemento de integração cultural. O elemento étnico não pode ser descartado da justificativa do sucesso. O colono italiano era preferido em relação ao de outras etnias pelo governo. Esse dado se comprova em relatórios de diretores da colônia, que elogiavam o colono italiano, identificando-o como “propenso às atividades laborais”.

Mas quem era o italiano que ocupou a região? Segundo estudos de Manfroi (apud DAL BÓ et al. 1999, p. 47-8), eram “pobres, com pouco estudo ou nenhum, não sabiam falar o italiano, só o dialeto, eram católicos, queriam trabalhar, ganhar muito dinheiro e voltar ricos”. Frosi e Mioranza (1975, p. 37) afirmam que os emigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul eram provenientes de correntes migratórias que podem ser “representadas por dois pólos: a Lombardia de um lado e o Veneto do outro, carreando elementos do Trentino e do Friuli”. Provinham, portanto, do Norte da Itália e tinham experiências com a terra, o que lhes permitiu trabalhar nela sem dificuldades. Entretanto, vieram não apenas camponeses como aparecem nos registros iniciais: vieram artesãos que encontraram espaço para desenvolver seu ofício e transformá-lo em atividades lucrativas à nova sociedade.

Duas são as características que aparecem como traços dos emigrantes dessa região:

- *o espírito empreendedor e o culto ao trabalho* – nem todos os emigrantes comprovaram, em suas atividades, o espírito empreendedor, mas o culto ao trabalho foi uma característica da região. Vale lembrar que, na historiografia econômica brasileira, a emigração européia no Brasil é vista como elemento de inovação se for comparada com o mercado de mão-de-obra escrava. Aliás, se deve ao trabalho de vários historiadores a recuperação do conceito de colono. Por muitas décadas, o colono italiano era visto pela sociedade como um elemento da economia agrária, e, como no Brasil o trabalho manual sempre carregou o estigma da escravidão, o conceito foi marcado pelo aspecto pejorativo da palavra. Alguns autores, como é o caso de Berger (1977, p. 235), acreditam que a história da sociedade brasileira pode ser encontrada numa relação dialética entre educação, trabalho e preconceito contra trabalho manual, e que a escravatura no Brasil é um fator importante para o surgimento desse preconceito;
- *a integração* – os imigrantes utilizaram-na na sua inserção social nas colônias agrícolas através da vida associativa, manifestada na vontade de reproduzir as formas existentes na Itália, com a criação dos círculos operários, das associações de mútuo socorro, das instituições associativas de caráter econômico, político e caritativo.

É o caso da Associação dos Comerciantes, que, em 1901, órgão comunitário reconhecido pelos comerciantes da região e pelos representantes do estado, teve um papel fundamental no desenvolvimento econômico da cidade, por gozar de um considerável prestígio político. Foi um dos órgãos, além da Intendência e do Conselho Municipal, que lutou para a melhoria da colônia, como: abertura de estradas, defesa dos seus produtos e busca de mercados;

- *a influência da Igreja Católica* – o comportamento do imigrante italiano foi também elemento de construção de uma cultura marcada por valores religiosos. Esses valores se apresentaram nas instituições preservadas e respeitadas pelos italianos. A família é uma delas. A estrutura da família patriarcal, na colônia italiana, era e é forte; representava a manutenção dos valores trazidos da sociedade de origem. A Igreja Católica influenciou a cultura e foi alimento para os emigrantes. Através de práticas religiosas, amenizou os conflitos e mostrou aspectos positivos da integração ao novo meio. A religião foi uma forma de minimizar o sofrimento e diluir a saudade que tinham dos familiares que haviam deixado no outro lado do oceano. O sentimento de religiosidade, a crença de que venceriam e a esperança de que a experiência seria exitosa foram alimentadas pela Igreja como uma estratégia de integração;

- *a construção de uma identidade cultural* – baseava-se na etnia que passa a ser o símbolo do vencedor. A identidade cultural engloba alguns dos aspectos já referenciados anteriormente e permite mostrar a força que adquire a partir dessa simbologia que é reforçada pela historiografia regional, seja ela produzida na academia, seja ela nos públicos.

Enfim, a construção do processo de identidade coletiva ocorre a partir de valores e traços colocados como principais e que nortearam o grupo em questão. Estavam ligados e relacionados pelas condições históricas que os uniam. Percebe-se a ligação que existe entre conceitos de identidade, cultura e região, como se eles se mesclassem para expressar a riqueza da experiência desses grupos que formaram essa cultura e que se identificaram com ela quando dizem que pertencem à região. Há um sentimento de pertença que pode ser explicado com a idéia de que existe um sentimento de união que forma o *nós*, que constitui um sujeito coletivo.

Utilizar a identidade como uma construção social permite reconhecer o conjunto de características que são comuns a um determinado grupo social, e que os diferencia dos demais. Identificar é “reconhecer a si mesmo apesar da variação”. A identidade coletiva pressupõe um consenso entre os elementos que os unem e os que os separam. São europeus e, por isso, são tratados como tais. Essa identidade os une e os separa dos demais habitantes. Nesse cenário, é possível afirmar que os membros de uma cultura utilizam seus conteúdos para interagir, explicar, justificar e manter sua consciência coletiva.

Correlação do mito com o contexto da região

Falar sobre o tema implica reconstruir historicamente o valor que foi atribuído ao imigrante na região pelo resultado de seu trabalho, marcado, historicamente, por características que diferenciaram essa região das demais. Atribuir o êxito do desenvolvimento da região ao imigrante europeu significa reconhecer que a ocupação do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul foi um sucesso e fruto de um trabalho coletivo, a partir do qual o imigrante acreditou na possibilidade de construir uma sociedade baseada em critérios, que representassem a conquista de uma independência econômica e possibilitassem a realização de projetos que jamais realizariam na Itália de então.

A propriedade da terra, o trabalho livre, a fertilidade do solo e as oportunidades foram aspectos fundamentais à realização da colonização, como uma ocupação marcada por características distintas das demais regiões do Brasil.

O elemento étnico não pode ser descartado da justificativa do sucesso. O espírito de empreendedorismo presente no colono o diferenciou dos demais e fez com que suas iniciativas se destacassem na construção da nova cultura, uma vez que assumiu riscos, conquistou espaços, compartilhou vitórias e fez do seu trabalho a motivação de ser diferente. Queria uma sociedade onde pudesse dar aos seus filhos garantias de permanecer na terra e usufruir os resultados de suas experiências. Trabalhou muito, acreditou na possibilidade de que o trabalho e a posse da terra seriam a riqueza duradoura. Isso fez com que esses valores se mantivessem em suas histórias, conservando viva a idéia de que o trabalho era a possibilidade de construir riqueza. Essa terra de

empreendedores tornou-se uma das mais prósperas do País e, dessa maneira, o mito se fez presente na história desses imigrantes que conseguiram deixar acesa, nas suas famílias, a vontade de vencer.

Um dos fatores de integração que os imigrantes utilizaram na sua inserção social nas colônias agrícolas, foi a vida associativa.⁵ Outros tipos de associação (como é o caso das informais) também respondem a uma variada forma de sociabilidade, que demonstra os modos de ser dos grupos sociais e interfere na vida comunitária.

Por meio das representações coletivas se desenvolve uma luta pela identidade. As representações e os estereótipos que marcam essa cultura estão baseados em códigos de valores que expressam as oportunidades que teve essa população emigrante no Sul do Brasil. O acesso à terra, a possibilidade da propriedade privada, o valor ao trabalho, a família unida, a terra produtiva e o sentimento de religiosidade integrado ao sentimento de regozijo pela vitória foram sentimentos que permitiram às representações coletivas terem força cultural no meio e representar o resultado de uma definição coletiva. O empreendedorismo – como explicação de sucesso da cultura – expressa o símbolo da iniciativa privada, da capacidade de lidar com situações novas e de modificar o cenário encontrado, marcado por valores expressos no trabalho. Implica a consciência coletiva de que a região foi demarcada por traços culturais próprios e esse elemento foi fator de desenvolvimento regional.

Os estereótipos criados são resultado de indicadores que apontam para o sucesso das ações promovidas pelo migrante e que são compartilhados pelo grupo social. Os mitos criados possuem um estatuto simbólico que foi utilizado pelos membros da comunidade para construir imagens concretas, com o fim de constituir a própria cultura. Foram fortes porque, alimentados pela cultura, reproduziram o mito original de que era possível vencer a América pelas próprias forças, porque ali era o paraíso e porque eles eram capazes. Esses mitos fazem parte do imaginário que constitui os elementos dessa cultura.

Notas

¹ A historiografia italiana sobre a imigração é ampla e constituída de estudos consistentes, elaborados a partir de documentos oficiais, provenientes de diversas escolas teóricas. A historiografia brasileira sobre o tema também é rica e se desenvolveu de forma mais intensa no final do século XX, a partir das comemorações da imigração italiana no Brasil. Muitas pesquisas e coleções foram publicadas após essa data e são elementos de referência para estudos culturais da região. (Ver HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. *Língua, cultura e valores: um estudo sobre a produção científica sobre imigração no Sul do País*. Porto Alegre: EST, 2003).

² Veja-se História da Itália contemporânea em: PÉCOUT, Gilles. *Il lungo risorgimento: la nascita dell' Italia contemporanea (1770-1922)*. Milano: Mondadori, 1999; CAROCCI, Giampiero. *Storia d'Italia dall'Unità ad oggi*. Milano: Feltrinelli, 1998; CROCE, B. *Storia d'Italia dal 1870 al 1915*. Bari: Laterza, 1967.

³ Lei 601, de 18 de setembro de 1850. In: Arts. 3º e 4º – Livro de Terras, 1874, p. 23. Essa lei “dispõe sobre as terras

devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por títulos de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples títulos de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas, as primeiras sejam elas concedidas à título oneroso, assim para empresas particulares, como para estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.” (FREITAS JÚNIOR, Augusto Teixeira. *Terras e colonização: anotados e editados por A. T. F. J.* Rio de Janeiro: Garnier, 1882.

⁴ TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico*. São Paulo: Nobel/Istituto Italiano di Cultura di San Paolo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988; MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais*. Porto Alegre: Grafosul/ Instituto Estadual do Livro, 1975.

⁵ Veja-se estudo sobre as associações na obra de TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.

Referências

- BALBIM, Renato Nunes. Região, território, espaço: funcionalizações e interfaces. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos: obra revisitada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. São Paulo: Difel, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- CENNI, A. *Os italianos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovflio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS/Correio Riograndense, 1984.
- FREITAS JÚNIOR, Augusto Teixeira. *Terras e colonização*: anotados e editados por TFFJ Rio de Janeiro: Garnier, 1882.
- FROSI, Vitalina; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul*: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. Caxias do Sul: Movimento/Educs, 1975.
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. *Colônia*: um conceito controverso. Caxias do Sul: Educs, 1996.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *Processo de industrialização na zona colonial italiana*. Caxias do Sul: Educs, 1997.
- HERSKOVITS, Melville J. *Man and his works: antropologia cultural*. 4. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*, Porto Alegre, PUCRS, n.15, ago. 2001.
- MANFROI, Olívio. Imigração e nacionalismo. In: DAL BÓ et al. (Org.). *Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros*. Caxias do Sul: Educs, 1999.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PÉCOUT, Gilles. *Il lungo risorgimento: la nascita dell' Italia contemporanea (1770-1922)*. Milano: Mondadori, 1999.
- SABBATINI, Mario. Il significato storico della colonizzazione. *La Regione di Colonizzazione Italiana in Rio Grande do Sul*. Gli insediamenti nelle aree rurali. Firenze: Cultura Cooperativa Editrice, 1975.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel/Istituto Italiano di Cultura di San Paolo/Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad*: esbozo de sociología comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.